

24 JUL 1985

Nova Carta tem 200 sugestões

JORNAL DE BRASÍLIA

A instauração da pena de morte no País, a redução do tempo de serviço para aposentadoria, o fim das mordomias, pedidos de instruções sobre como participar da Assembleia Nacional Constituinte e até mesmo um "esboço de anteprojeto para a confecção da Carta Magna pela Nova República", são algumas das quase 200 sugestões para a comissão constitucional recebidas pelo Palácio do Planalto e pelo Ministério da Justiça ao longo dos últimos três meses.

Arquivados cuidadosamente pelo jornalista Mauro Santayana, secretário-executivo, estes primeiros sinais de interesse da população no trabalho da comissão serão encaminhados a seus membros, ao lado de outros que deverão chegar nos próximos meses. Seus autores vão desde entidades como a OAB — que não apresentou sugestões, mas enviou documentos marcando sua posição contrária à forma como o Governo vem encaminhando a convocação da Constituinte — até cidadãos comuns, alguns deles com propostas bastante curiosas.

Anteprojeto

Até agora, apenas uma de Belém (PA) — Santayana pede que os nomes dos autores sejam mantidos em sigilo — deu-se ao trabalho de elaborar um anteprojeto de Constituição.

Com o preâmbulo "Todo poder emana de Deus e é manifestado na vontade do povo, em nome do qual é exercido", o esboço propõe, de saída, a alteração dos nomes dos poderes da União, que passariam a ser Executivo, Legislativo (o atual Judiciário) e Parlamentar, o atual Legislativo). A justificativa é de que esta substituição visa ao "fortalecimento" dos poderes.

A contribuição da paraense dá uma atenção especial ao sistema federativo e chega a sugerir, em seu artigo 11, que a República Federativa do Brasil, "estabelecida pela união indissolúvel de seus 23 estados, Distrito Federal e Territórios, poderá ter sua estrutura alterada por lei especial para criação

"Notáveis" só semana que vem

A relação com os membros da Comissão Constitucional só será divulgada na próxima semana, informou ontem o ministro da Justiça, Fernando Lyra, que justificou a demora com a alegação de que o presidente José Sarney está preocupado em estabelecer critérios de escolha para que a Comissão seja o mais representativa possível.

Sabe-se contudo que a Presidência está com problemas com relação ao número de integrantes, que ultrapassou o limite previsto. O decreto de criação da Comissão estabelece que ela terá 50 membros, mas a lista hoje em mãos do presiden-

te tem 53 nomes. Sarney estaria em dúvida sobre quais nomes deveriam ser cortados.

A fusão da relação deixada por Tancredo Neves com a elaborada pelo jurista Afonso Arinos e mais os nomes acrescidos pelo presidente José Sarney "engordou" demasiadamente a comissão. Quais nomes serão cortados é uma incógnita. A relação foi acrescida de novos nomes, escolhidos por Arinos, e entre eles estão: Rosah Russomano, professora gaúcha, e os juristas Raul Machado Horta, Nelson Saldanha e Paulo César Siqueira. Da relação de Lyra, o nome de Saulo Ramos é a mais recente novidade.

de 23 outros estados". Mais adiante, ela alinha, entre as "atribuições do presidente da República", a de "desfazer a fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanahara".

Palácios

O objetivo da Constituição é definido no artigo IV: "Não visa esta Constituição modificar as leis, mas fazê-las cumprir; nem demolir palácios para construir outros, mas preservar o patrimônio". Os objetivos da Nova República são, segundo o anteprojeto, o desenvolvimento político e econômico e social, tendo como metas principais a dívida externa, o combate à inflação e a "recessão".

Em 61 artigos, o esboço atribui a união o dever de extinguir as mordomias, as subvenções e os incentivos fiscais, "para gerar, enfim, condições que visem única e exclusivamente ao bem-estar de todos e a felicidade geral da Nova República". Os episódios de brigas entre parlamentares também são uma preocupação, pois a primeira atribuição do poder parlamentar é "manter um clima de cordialidade entre seus pares".

Além de propor outras medidas, como a criação do Ministério da

Polícia, o anteprojeto encerra-se com artigo determinando o estabelecimento de "um instrumento de amparo à família no que concerne às compras pelo sistema crediário".

Representatividade

Grande parte das sugestões encaminhadas mostra preocupação com a representatividade da comissão e da própria Assembleia Nacional Constituinte. "Na qualidade de cidadão brasileiro", um paulista sugere que a Comissão solicite a todos os grupos representativos da sociedade — sindicatos, entidades e partidos — o envio de anteprojeto de Constituição, "de acordo com seu ponto de vista ou interesses". Ele argumenta que o trabalho da Comissão deve ser "o espelho do que deseja a sociedade".

Nesse mesmo sentido, um advogado mineiro sugere uma "ampla consulta, de Norte a Sul do País". Só que os consultados seriam "todos os advogados e elementos formados em Direito do País". Um professor de São Paulo propõe um "mutirão cívico" em torno da Constituinte. Ele deseja contribuir "para que a Nova Constituição esteja livre dos erros do passado,

principalmente em Ciência e Tecnologia".

A pena de morte para crimes de estupro, latrocínio, assassinato de policial para fugir à prisão e sequestro com morte da vítima é proposta pela Associação dos Motoristas da Prefeitura do Município de São Paulo, que sugere também a redução do tempo de serviço do servidor público de 35 para 30 anos.

Reclamações

Mas a vasta correspondência recebida não se reduz a sugestões. Um bacharel em direito de Aracatuba (SP), por exemplo, quer saber como proceder para tomar parte na Constituinte. As reclamações e críticas também estão presentes: o presidente da comissão de Justiça e Paz de Vitória (ES) manifesta "grave apreensão como encaminhamento vertical e autoritário que está sendo dado ao tema Constituinte".

Reclamações mais numerosas, no entanto, são da igreja Assembleia de Deus, que em maio encaminhou pedido para que tivesse dois representantes na comissão. Como não tiveram notícias de serem atendidos, membros da igreja mandaram numerosos telex nos meses seguintes, manifestando seu inconformismo.

Nomeações

Pedidos para inclusão de nomes da comissão, aliás, ocupam grande espaço nos arquivos de Santayana, apresentados por entidades, como o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo, e por cidadãos, que "colocam-se à disposição". Um advogado brasileiro, por exemplo, chegou a mandar carta ao presidente José Sarney indicando a "composição ideal" para a comissão: segundo ele, com a presidência do jurista Afonso Arinos e participarão de outros advogados, como Seabra Fagundes e Dalmo Dallari. Ao final, o advogado oferece seus préstimos, colocando-se à disposição para coordená-las.